

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019**

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre às demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Presidente da Comissão Fiscal do
Instituto Jelson da Costa Antunes
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Jelson da Costa Antunes (“Entidade”)** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Jelson da Costa Antunes** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas específicas às entidades sem fins lucrativos, em especial, a Resolução ITG 2002.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2021.

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES
Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019 e 2020
(Valores expressos em reais)

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	40.113	159.591
Adiantamentos/créditos diversos	5	714	38.579
Total do circulante		40.827	198.170
Não circulante			
Imobilizado líquido	6	706.696	723.988
Total do não circulante		706.696	723.988
Total do ativo		747.523	922.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES
Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019 e 2020
(Valores expressos em reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	2019	2018
Circulante			
Fornecedores	7	17.347	16.677
Obrigações tributárias	8	12.786	11.913
Obrigações trabalhistas	9	116.711	113.152
Total do circulante		146.844	141.742
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	10	600.679	780.416
		600.679	780.416
Total do passivo e patrimônio líquido		747.523	922.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES
Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020
(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas sem restrição	11	2.901.790	2.653.151
(Despesas) e receitas			
Com pessoal e encargos	12	(1.091.098)	(957.856)
Serviços de terceiros		(688.650)	(693.138)
Despesas de treinamento	13	(724.630)	(556.192)
Outras despesas administrativas	14	(468.019)	(256.272)
Depreciação e amortização		(107.699)	(65.504)
Outras receitas		-	27.000
Total das despesas		(3.080.096)	(2.501.962)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	2.191	14.427
Despesas financeiras	15	(3.623)	(1.889)
Total do resultado financeiro		(1.432)	12.538
Déficit/Superávit do exercício		(179.738)	163.728

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020
(Valores expressos em reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Déficit/Superávit do exercício	(179.738)	163.728
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>(179.738)</u>	<u>163.728</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	Superávit / (déficit) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>616.688</u>	<u>-</u>	<u>616.688</u>
Superávit do exercício	-	163.728	163.728
Transferência para o patrimônio social	163.728	(163.728)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>780.416</u>	<u>-</u>	<u>780.416</u>
Déficit do exercício	-	(179.738)	(179.738)
Transferência para o patrimônio social	(179.738)	179.738	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u><u>780.417</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>600.679</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em reais)

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit/Superávit do exercício	(179.738)	163.728
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação	107.699	65.503
Decréscimo/ (acrécimo) em ativos		
Créditos diversos	37.865	829
(Decréscimo)/ acréscimo em passivos		
Obrigações trabalhistas	3.559	7.479
Obrigações tributárias	873	304
Fornecedores	670	(14.942)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(29.071)	222.901
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compra de ativo imobilizado	(90.407)	(94.772)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(90.406)	(94.772)
Redução / Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(119.478)	128.129
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	159.591	31.462
No final do exercício/período	40.113	159.591
Redução / (Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(119.478)	128.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Instituto Jelson da Costa Antunes (“Entidade”), pessoa jurídica de direito privado, registrado no Registro Público de Pessoa Jurídica em 04 de novembro de 2004, sob o nº 29.133, livro A-373, na cidade de Niterói-RJ, com fins não econômicos e financeiros, tem como objetivo social, contribuir para o desenvolvimento social, educativo e cultural de pessoas das diferentes comunidades onde atua, sem discriminação de etnia, gênero, orientação sexual e religiosa, bem como portadores de necessidades especiais.

O Instituto já foi reconhecido no Município de Niterói e no Estado do Rio de Janeiro, como Utilidade Pública. Em 11 de dezembro de 2010, através do processo nº 08071.025763/2009-88 à Administração foi concedida a mesma condição na esfera Federal junto ao Departamento de Justiça, em Brasília.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria em 26 de março de 2021.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Como se trata de uma Entidade sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), combinada com a NBC TG 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis).

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade e seus valores foram arredondados para o valor mais próximo.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas informações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir significativamente dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis, quando aplicáveis, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão referente a processos judiciais, do valor justo de ativos e passivos, vida útil do ativo imobilizado, provisão para perdas de ativos, entre outros.

3. Principais práticas contábeis adotadas

a) Caixa e equivalentes de caixas

Caixa e equivalentes de caixas são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações financeiras de curto prazo que possuam alta liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aquisição, é igual ou inferior a 90 dias. Apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Aplicações financeiras: são registradas pelo valor justo por meio do resultado, que incluem os títulos e valores mobiliários com o propósito de serem negociados a qualquer momento e a critério da Administração da Entidade, sendo contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante, no qual os ganhos ou as perdas não realizados sobre esses papéis são reconhecidos na demonstração de resultado.

(ii) Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas ou canceladas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

d) Redução ao valor recuperável - Impairment

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para perda do valor recuperável.

(ii) Ativos não-financeiros

Os ativos não financeiros da Entidade estão representados, basicamente, pelo ativo imobilizado.

Os valores contábeis do ativo imobilizado são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável - “*impairment*” em 31 de dezembro de 2019.

e) Provisões a apropriar

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios abaixo:

(i) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sob as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

(ii) Passivos referentes a processos judiciais

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

(iii) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. A Entidade não possui nenhuma ação intentada contra ela.

f) Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em Reais)

g) Receitas e despesas

Receitas e Despesas: são reconhecidas e registradas segundo o regime contábil de competência.

As receitas são obtidas, basicamente, através de donativos recebidos das mantenedoras.

As principais despesas da Entidade são classificadas nos seguintes grupos: Pessoal, Despesas de Treinamentos e Despesas Administrativas, (Vide notas explicativas nº 12, 13 e 14).

4. Caixa e equivalentes de caixas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Bancos conta movimento		
Caixa	3.500	1.000
Bancos (saldos credores - utilização de cheque especial)	(3.698)	(945)
Aplicação Financeira	40.311	159.536
	<u>40.113</u>	<u>159.591</u>

4.1 Aplicações financeiras

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Aplicação em Invest Facil Bradesco	40.311	159.536
	<u>40.311</u>	<u>159.536</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Adiantamentos Diversos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Auxílio graduação à recuperar	-	27.822
Adiantamentos à Terceiros	243	4.225
Impostos a Compensar	471	-
Adiantamento por Conta de Férias	-	6.532
	<u>714</u>	<u>38.579</u>

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em Reais)

6. Imobilizado

A seguir, a composição do saldo do ativo imobilizado:

	Taxa %	31/12/2019		31/12/2018
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Terrenos		21.000	-	21.000
Edifícios	4	1.097.810	(574.521)	523.289
Computadores/periféricos	20	181.615	(95.506)	86.109
Instalações	10	134.266	(133.976)	289
Móveis e Utensílios	10	218.087	(204.734)	13.353
Máquinas e Equipamentos	10	21.989	(11.264)	10.725
Veículo	20	78.000	(27.000)	51.000
Outras	10	39.274	(38.344)	934
Total		1.792.041	(1.085.345)	706.696
				723.988

Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

A Entidade avalia, através dos seus próprios técnicos, periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do exercício. Até o momento, não há indicativos de existência de redução do valor dos ativos da Entidade.

7. Fornecedores

	2019	2018
Serviços de Vigilâncias/Energia Elétrica	17.300	16.677
Outros	47	-
	17.347	16.677

8. Obrigações Tributárias

O saldo deste grupo está composto da seguinte forma:

	2019	2018
IRRF sobre folha de pagamento	6.094	5.321
PIS/COFINS/CSLL sobre serviços tomados	3.951	4.068
ISS	257	247
Outros	2.484	2.277
	12.786	11.913

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em Reais)

9. Provisões trabalhistas

O saldo deste grupo está composto da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisão de férias	81.838	78.349
Salários a pagar	22.039	22.069
INSS	6.956	6.984
FGTS	5.878	5.750
	<u><u>116.711</u></u>	<u><u>113.152</u></u>

10. Patrimônio líquido

O patrimônio social é constituído pela dotação inicial reduzido/acrescido dos déficits e superávits acumulados desde a fundação da Entidade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi apropriado ao patrimônio líquido da Entidade um déficit de R\$ 179.738.

11. Receitas Operacionais - Sem restrição (Dotações Recebidas)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Auto Viação 1001 Ltda.	940.000	820.000
Rápido Macaense Ltda.	240.000	400.000
Viação Cometa S/A.	210.000	590.000
Auto Viação Catarinense Ltda.	380.000	200.000
Opção JCA Turismo e Fretamento Ltda.	190.000	65.000
Rápido Ribeirão Preto Ltda.	180.000	90.000
Expresso do Sul S/A.	465.000	140.000
Patrocínio diversos	296.790	348.151
	<u><u>2.901.790</u></u>	<u><u>2.653.151</u></u>

12. Despesas Com pessoal, sem restrições

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salário e ordenados	522.120	500.972
Assistência médica	281.652	195.362
Férias	67.015	59.522
FGTS	50.234	48.618
13º salário	48.194	46.317
Vale transporte	59.657	56.533
Outras	62.226	50.532
	<u><u>1.091.098</u></u>	<u><u>957.856</u></u>

INSTITUTO JELSON DA COSTA ANTUNES
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em Reais)

13. Despesas de treinamentos, sem restrições

As despesas de treinamentos do Instituto são as seguintes:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ensino (i)	112.283	148.345
Despesas de viagens (ii)	274.746	200.643
Lanche escolar (iii)	137.640	110.429
Material escolar (iv)	33.113	52.120
Uniforme (v)	33.156	14.163
Auxílio educação (vi)	43.510	23.185
Outras (vii)	90.182	7.307
	<u>724.630</u>	<u>556.192</u>

- (i) Despesas Ensino - Computam todas as despesas com honorários de docentes, palestrantes, técnicos, pesquisadores, bolsas de estudos, consultores, o dispêndio com material didático e técnico e as demais despesas educacionais;
- (ii) Despesas de viagens - Despesa passagem e estadia à palestrantes/funcionários/alunos;
- (iii) Despesas de lanches à estudante, funcionários e palestrantes;
- (iv) Despesas com material escolar à estudantes (menores assistidos);
- (v) Despesas com uniforme à estudantes;
- (vi) Despesas de auxílio Educação ensino fundamental à menores assistidos

14. Despesas administrativas, sem restrições

As despesas administrativas do Instituto são as seguintes:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Limpeza, água, luz, telefone, materiais de escritório	203.579	135.252
Serviço de Vigilância	101.561	-
Despesas de viagens	33.735	51.319
Despesas com veículos	13.298	16.312
Aluguel de equipamentos	16.373	13.524
Despesas tributarias	11.334	11.449
Outras	88.139	28.416
	<u>468.019</u>	<u>256.272</u>

15. Resultado financeiro

O resultado financeiro proveniente das operações do Instituto é demonstrado abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	464	397
Descontos Obtidos	645	1.036
Outras Receitas	1.082	12.994
	<u>2.191</u>	<u>14.427</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(3.596)	(1.889)
Juros	(27)	-
	<u>(3.623)</u>	<u>(1.889)</u>
Resultado financeiro	<u>(1.432)</u>	<u>12.538</u>

16. Remuneração de empregados e dirigentes

A Entidade não concede empréstimos aos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A Entidade não possui qualquer tipo de remuneração e não oferece outros benefícios de longo-prazo aos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Qualquer tipo de benefício oferecido aos colaboradores do quadro da Entidade não é estendido aos membros dos Conselhos.

Os dirigentes (diretores) da Entidade são eleitos de forma estuarina e não recebem qualquer remuneração e/ou benefícios.

17. Renúncia fiscal

a) Imunidade

Por se tratar de uma entidade privada sem fins lucrativos de caráter educacional nos termos do artigo 150, item VI, letra C da Constituição Federal, goza de imunidade de impostos sobre sua renda, patrimônio e serviços.

- Na esfera federal a imunidade compreende o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, em conformidade ao artigo 12 da Lei nº 9.532/97;
- Na esfera municipal, a imunidade compreende o Imposto sobre Serviços (ISS) da sua matriz situada na Cidade do Rio de Janeiro.

b) Isenção

A Entidade é isenta da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, e da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (artigo 174 do Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000/99 - RIR/99 - C.C. artigo 15, caput e § 1º, da Lei nº 9.532/97.

c) Tributação

A Entidade, por atender aos requisitos da legislação, sendo imune do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ, isenta da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, e da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, goza do recolhimento diferenciado da Contribuição Social ao Programa de Integração Social - PIS, pelo qual o tributo incide à alíquota de 1% (um por cento) sobre sua folha de salários (art. 13, inc. VIII, da MP nº 2.158-35/01); observando os requisitos da legislação em vigor, em especial, aqueles previstos nos §§ 2º e 3º, inc. I a V, do art. 170 do RIR/99; e no art. 12, § 2º, alíneas "a" até "e", e § 3º, da Lei nº 9.532/97.

18. Eventos subsequentes - Potenciais implicações econômicas e contábeis do Corona Vírus (COVID-19) - CPC 24 (IAS 10)

Como é de conhecimento geral, em 13 de março a OMS considerou o Covid-19 como uma Pandemia, com consequências relevantes para a saúde da população e para a economia mundial. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras futuras.

Em função de algumas medidas que precisam ser tomadas, principalmente as relacionadas às restrições de mobilidade, afetam significativamente no curto prazo as atividades sociais, com redução de aulas presenciais.

No âmbito corporativo, a Entidade implementou medidas necessárias para minimizar qualquer impacto na qualidade do atendimento a seus alunos e professores, mitigar riscos para colaboradores e familiares e garantir a manutenção e continuidade das operações, dentre as quais:

- Comunicação corporativa recorrente por e-mail e aplicativos de mensagens, visando informar e conscientizar todos os colaboradores sobre os riscos relacionados à disseminação do vírus, sobre a forma de prevenção e, ainda, endereços para obtenção de informações oficiais e para verificação das informações falsas;
- Adoção do regime de home office para todos os colaboradores onde essa mobilidade for possível;
- Reforço na higienização de todos os locais de trabalho.

A Administração da Entidade seguirá atenta e diligente a todo e qualquer informação ou evento relacionado ao COVID -19, de forma a deixar seus colaboradores e os beneficiários dos serviços sociais prestados, inclusive das comunidades adjacentes, enfim, em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou de outros fatores que tragam efeitos relevantes aos serviços sociais prestados.

TATIANA ANTUNES DE
ANDRADE:08078596723

Assinado de forma digital por
TATIANA ANTUNES DE
ANDRADE:08078596723
Dados: 2021.04.29 15:03:34 -03'00'

Tatiana Antunes de Andrade
Presidente

PAULO ROBERTO PERDIGAO
DE ARAUJO:40143007734

Assinado de forma digital por PAULO ROBERTO
PERDIGAO DE ARAUJO:40143007734
Dados: 2021.04.29 15:02:17 -03'00'

Paulo Roberto Perdigão de Araujo
Contador CRC RJ-066.894/O-1